



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

**Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI
7ª Superintendência Regional**

**Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 2, Centro-Sul – CEP 64.001-340 – Teresina - Estado do Piauí
TEL: (86) 3215-0138 - FAX: (86) 3215-0147 - e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br**

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 01/2015-7ª/SR

REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR, AQUICULTURA E DEMAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS RELATIVAS AO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – INCLUSÃO PRODUTIVA E AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA CODEVASF/ 7ª SR.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

PROCESSO Nº 59570.001210/2014-15

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 01/2015-7ª/SR

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de Pregoeiro devidamente designado, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para efetuar **Registro de Preços**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais, destinados à implantação de ações de agricultura familiar, aquicultura e demais atividades produtivas relativas ao Plano Brasil sem Miséria – Inclusão Produtiva e aos Arranjos Produtivos Locais, na área de jurisdição da Codevasf/ 7ª SR.

➤ **ÓRGÃO GERENCIADOR – CODEVASF – UASG Nº: 195012**

➤ **ÓRGÃO PARTICIPANTE – INST. FED. DA PARAÍBA /CAMPUS CAMPINA GRANDE – UASG Nº 158281**

ITENS (16 e 17), constantes do ANEXO II – Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: disponíveis para consulta e retirada de cópia, gratuitamente, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br. Caso a licitante não consiga baixar os arquivos nos referidos sítios, o Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, mediante apresentação de um CD-ROM, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, fone/fax (86) 3215-0147, no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta feira.

As empresas que retirarem o Edital através da Internet deverão preencher a **GUIA DE RETIRADA DE EDITAL (ANEXO IV)**, que se encontra na última página deste documento, e remetê-la pelo Telefax (86) 3215-0147 ou email: 7a.sl@codevasf.gov.br.

INCLUSÃO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a **abertura da sessão**.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): Às 10h (dez horas) do dia 31 (trinta e um) de março de 2015 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: HYPERLINK “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

OBSERVAÇÃO: O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos n.º 5.450, de 31/05/2005 e n.º 7.892, de 23/01/2013, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Teresina(PI), 17 de março de 2015.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional – 7ª SR
CODEVASF – 7ª/SR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ÍNDICE

01. OBJETO
02. DESCRIÇÃO DO OBJETO
03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
04. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
05. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
06. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
07. INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
08. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
09. FORMULAÇÃO DOS LANCES
10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
11. HABILITAÇÃO
12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. DO REGISTRO DE PREÇOS
15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
16. DA CONTRATAÇÃO
17. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
18. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO
20. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO
21. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE
23. DAS OBRIGAÇÕES
24. VALOR ORÇADO
25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
26. GARANTIA/VALIDADE
27. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

ANEXO I – TERMOS DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE ESPEC., QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

PROCESSO Nº: 59570.001210/2014-15

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 01/2015-7ªSR

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, nas datas, horários e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para efetuar **Registro de Preços**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos n.º 5.450, de 31/05/2005 e n.º 7.892, de 23/01/2013, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DATA E HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até a abertura da sessão.

DATA E HORA PARA ABERTURA DA SESSÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10h (dez) horas do dia 31 (trinta e um) de março de 2015 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: **HYPERLINK** “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

São ANEXOS deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

ANEXO I – TERMOS DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais, destinados à implantação de ações de agricultura familiar, aquicultura e demais atividades produtivas relativas ao Plano Brasil sem Miséria – Inclusão Produtiva e aos Arranjos Produtivos Locais, na área de jurisdição da Codevasf/ 7ª SR.

➤ **ORGÃO GERENCIADOR – CODEVASF – UASG Nº: 195012**

➤ **ÓRGÃO PARTICIPANTE – INST. FED. DA PARAÍBA /CAMPUS CAMPINA GRANDE – UASG Nº 158281**

ITENS (16 e 17), constantes do ANEXO II – Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. As descrições gerais dos equipamentos, quantidades estimadas, preços máximos constam nos Termos de Referência (Anexo I) e na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados (anexo II).

2.1.1. Havendo divergência entre a descrição dos itens constantes na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema Comprasnet e a descrição contida na planilha, prevalecerá sempre a descrição contida na planilha.

2.2. Os equipamentos utilizados na produção e beneficiamento dos produtos agropecuários e aquícolas serão destinados a estabelecimentos registrados no Serviço Inspeção Estadual – S.I.E ou Serviço de Inspeção Federal - S.I.F, assim estes equipamentos obrigatoriamente deverão ter o

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

acabamento sanitário para alimentos, necessário para serem aprovados pelos Órgãos Estaduais ou Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento.

- 2.3. Os itens 14 e 23 da planilha de cotação devem estar acompanhados de manual de instrução em português e possuir, entre as opções de linguagem do sistema, o português.
- 2.4. Os itens 11, 20, 22 e 24 da planilha devem ser montados com acompanhamento técnico no local de entrega.
- 2.5. O transporte, carga e descarga dos bens, assim como a montagem (quando necessária), serão de exclusiva responsabilidade da contratada.
- 2.6. Os bens oriundos do Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais lacradas apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estejam previamente credenciados no SICAF perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
 - 3.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
 - 3.1.1.1. Em relação às sociedades cooperativas só poderão participar, com tratamento diferenciado, conforme subitem acima, aquelas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.
 - 3.1.2. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
 - 3.1.3. As licitantes deverão efetuar, em campo próprio do sistema eletrônico, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, da SLTI/MPOG.
 - 3.1.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.2. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
 - a) credenciar-se no SICAF;
 - b) remeter, no prazo estabelecido no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
 - c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
 - e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
 - g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- a) em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a União ou que tenham sido declaradas inidôneas;
 - c) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF;
 - d) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.
- 3.4. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, nem a subcontratação total ou parcial do fornecimento objeto desta licitação.
- 4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**
- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico via Internet no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, ou através do Fax n.º (86) 3215-0147, ou ainda pelo e-mail 7a.sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.
- 4.3. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar o fornecimento, seus custos e prazos.
- 4.4. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las, e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência e do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data do pedido da impugnação.
- 5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso o sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 6.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).
- 6.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

7. INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1. Após a divulgação do Edital no sítio do COMPRASNET: www.comprasgovernamentais.gov.br, a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**, a sua Proposta de Preços, contendo obrigatoriamente as características dos bens a serem ofertados, detalhadamente, por item, em língua portuguesa, **indicando as especificações técnicas e marca/fabricante e quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes**, não sendo aceitas adaptações, modificações e alterações não previstas nos seus manuais, atentando-se para as especificações dispostas na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, Anexo II, contemplando **os preços unitário e total do item**, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).
- 7.1.1. **As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que atendem aos requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**
- 7.1.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período. Quando da revalidação da proposta, haverá expressa comunicação da CODEVASF.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 7.1.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 7.1.4. **Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, a licitante compromete-se a executar os fornecimentos, objeto deste Edital, sem preterição do que consta na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, Anexo II.**
- 7.1.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos e que apresentarem irregularidade ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.
- 8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 8.1. No horário e data estabelecidos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 01/2015-7ªSR** com a divulgação das Propostas de Preços aceitas pelo sistema.
- 8.1.1. O Pregoeiro, com assessoria de sua Equipe de Apoio, analisará as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.459/2005), bem como aquelas que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento, dando assim início à etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.
- 8.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão de fase de lances.
- 9. FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).
- 9.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
- 9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 9.5. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances.
- 9.8.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 9.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente dos lances emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 9.10. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.11. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e Lei n.º 11.488, de 15/06/2007).
- 9.11.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.
- 9.11.1.1. A microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa mais bem classificada, e àquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.11.2. Para efeito do disposto no subitem 9.11.1 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.
- 9.11.2.1. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.11 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 9.11.2.2. A condição prevista no subitem 9.11.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por micro empresa, empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas.
- 10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a viabilidade de sua aceitação, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.2. Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, **salvo por justificativa fundamentada.**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 10.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.3.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 10.3.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.
- 10.3.4. No julgamento das propostas o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e aceitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).

11. HABILITAÇÃO

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

11.1.1. Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN nº n.º 02/2010 - SLTI/MPOG, da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Econômico-Financeira:

- a) Habilitação jurídica, conforme art. 28 da lei 8.666/93;
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e da regularidade fiscal perante as FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS e O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO-FGTS.
- c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. Declarações a serem enviadas através do sistema do Comprasnet:

- a) No caso de ME ou EPP, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação na presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 11.1.3. **Documentação complementar para habilitação não contemplada pelo SICAF:**
- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.
 - b) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- 11.1.4. A validade das certidões referidas nos subitens 11.1.1 e 11.1.3 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.1.4.1. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de recebimento das propostas.
- 11.1.4.2. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará o fornecimento, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 11.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos nos subitens 11.1.1 a 11.1.3 deste Edital, no que couber.
- 11.3. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou que estejam com validade vencida no SICAF deverão ser apresentados via fax, número nº (86) 3215.0147 ou e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**
- 11.3.1. **Os documentos enviados via fax ou email quando não for possível ao pregoeiro autenticá-los na página do órgão ou entidade que os emitiu, deverão ser apresentados na sede da 7ª/SR da CODEVASF, no endereço disposto no subitem 12.4, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL ou pelo Pregoeiro, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da apresentação via fax ou email, sob pena de inabilitação.**
- 11.4. A não comprovação de regularidade de quaisquer dos documentos indicados no subitem 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 acima implicará na inabilitação da licitante, com a consequente desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 11.5. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a comprovação de regularidade fiscal de que trata a alínea “b” do subitem 11.1.1 somente será exigida na assinatura da Ata de Registro de Preços com a CODEVASF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 11.5.1. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 11.5. acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação. (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

- 11.6. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 11.7. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 11.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s).
- 11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005)
- 12.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante classificada em primeiro lugar.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, localizada na rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Centro, Teresina-PI, CEP: 64.001-340, nos dias úteis no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30 horas, de segunda a sexta-feira.
- 12.5. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente, que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 12.5.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 12.5.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. A adjudicação do item do presente Edital pelo Pregoeiro será inviabilizada sempre que houver recurso.
- 13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos itens à(s) licitante(s) vencedora(s) pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 13.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

13.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- I. será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- II. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- III. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

14.2. O Registro de Preços tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 19 deste Edital.

14.3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

- I. os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- II. os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

14.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 14.3, II, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. **Para que sejam incluídos na respectiva ata, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor deverá encaminhar à 7ª Superintendência Regional da Codevasf, no endereço disposto no subitem 12.4, declaração informando interesse em fazer parte do referido registro, nos moldes do art. 11, inc. I do Decreto nº 7.892/13, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a administração da CODEVASF convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preço, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.2. A CODEVASF convocará formalmente o licitante vencedor, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preço.

15.2.1. O prazo de convocação do licitante vencedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.

15.3. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, é facultado à administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.4. Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme o art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

15.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida,

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro, preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.6. Constarão da Ata de Registro de Preços – ARP, todas as informações necessárias à:

- a) Identificação do processo;
- b) Caracterização do objeto;
- c) Identificação das empresas;
- d) Preços ofertados pelas classificadas, item a item.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços prescindirão da assinatura do Termo de Contrato, na forma do disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo substituído pela respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

16.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a CODEVASF poderá convocar o Fornecedor Beneficiário, durante a validade da Ata, para retirada da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, ou a entregará diretamente, sujeito à aceitação do Fornecedor Beneficiário, em igual prazo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

16.3. O prazo para a retirada na Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Fornecedor Beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.

16.4. Não ocorrendo a hipótese do subitem 14.6, é facultado ao Pregoeiro, quando o Fornecedor Beneficiário não retirar ou não aceitar ou a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

16.5. A empresa deverá atender as solicitações da CODEVASF, parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada.

16.6. Não será permitida a exigência de faturamento mínimo.

17. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. O órgão gerenciador será a Codevasf.

17.2. A 7ª/GRR será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos usuários, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

17.3. A convocação do Fornecedor Beneficiário será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.

17.4. O Fornecedor Beneficiário convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

18. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

18.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 18.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela CODEVASF, o Fornecedor Beneficiário será convocado pela CODEVASF para negociação do valor registrado em Ata.
- 18.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 18.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 18.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 18.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**
- 19.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- 19.1.1. A pedido, quando:
- I. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - II. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- 19.1.2. Por iniciativa da CODEVASF, quando:
- I. O Fornecedor Beneficiário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;
 - II. O Fornecedor Beneficiário perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;
 - III. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - IV. O Fornecedor Beneficiário não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
 - V. O Fornecedor Beneficiário não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
 - VI. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
 - VII. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 19.2. Em qualquer das hipóteses descritas na condição anterior, concluído o processo, a CODEVASF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao Fornecedor Beneficiário a nova ordem de registro.
- 19.3. A Ata de Registro de Preço, decorrente deste Pregão, será cancelada automaticamente:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 19.3.1. Por decurso do prazo de vigência;
- 19.3.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

20. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

- 20.1. A 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no endereço disposto no subitem 12.4, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preço e gerenciamento da Ata de Registro de Preço dele decorrente.
- 20.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/1993 e Decretos n.º 7.892/2013.
- 20.3. Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 20.4. As aquisições ou contratações adicionais referente às adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens deste Edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, § 3º do Dec. 7.892/13).
- 20.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, § 4º do Dec. 7.892/13).
- 20.6. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.
- 20.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União.

22. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

- 22.1. O prazo máximo para a entrega dos materiais será de 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da NOTA DE EMPENHO ou ORDEM DE FORNECIMENTO pela licitante vencedora.
- 22.2. Os itens objeto deste certame, destinados ao Órgão Gerenciador - Codevasf – UASG Nº: 195012 - poderá ocorrer em qualquer município da área de atuação da 7ª Superintendência da Codevasf/7ªSR, conforme listagem no endereço <http://site.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-parnaiba/municipios>, podendo ser realizada de forma parcelada, conforme orientação da Codevasf.
- 22.3. A Codevasf emitirá Ordem de Fornecimento onde constará o local exato da entrega (Município, Localidade e Contatos).
- 22.4. A contratada deverá contatar a gerência da 7ª/GRR da CODEVASF, fones (86) 3215-0128 ou (86) 3215-0125, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30 e em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 24 horas o dia e a hora prevista da entrega.
- 22.5. Os itens objeto deste certame, destinados ao Órgão Participante – Inst. Fed. da Paraíba/Campus Campina Grande – UASG nº: 158281 – CNPJ: 10.783.898/0003-37 - deverá ocorrer no seguinte

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

endereço: Rua Tranquilino Coelho Lemos, 671 – Jardim Dinameirca – CEP: 58.432-300 – Campina Grande – PB, Email: licitacao.campina@ifpb.edu.br, telefones (83) 2102-6217/ 2102-6245.

22.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

22.7. O transporte, carga, descarga e montagem, quando necessário, dos bens serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

23. DAS OBRIGAÇÕES

23.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

23.1.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho ou ordem de fornecimento, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pelo fornecedor.

23.1.2. Permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança.

23.1.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

23.1.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas na Ata.

23.1.5. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

23.1.6. Gerenciar a ata de registro de preços;

23.1.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

23.1.8. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

23.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

23.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços e aceitar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento, no prazo estabelecido no edital.

23.2.2. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste;

23.2.3. Fornecer o objeto conforme condições, especificação e preço registrados;

23.2.4. Respeitar e seguir as condições estabelecidas no edital;

23.2.5. Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

23.2.6. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no edital.

23.2.7. Relatar à CODEVASF toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados.

23.3. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

23.3.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e da Lei n. 10.250/02 adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- 23.3.1.1. Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- 23.3.1.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e
- 23.3.1.3. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.
- 23.4. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

24. VALOR ORÇADO

- 24.1. O valor orçado para aquisição da **CODEVASF** é de **R\$ 389.121, 38 (trezentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e um reais e trinta e oito centavos)**, discriminado na Planilha de especificações, quantitativos e preços, anexa a este Edital.
- 24.2. O valor orçado para aquisição do **INST. FED. DA PARAÍBA/CAMPUS DE CAMPINA GRANDE** é de **R\$ 13.945,50 (treze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, discriminado na Planilha de especificações, quantitativos e preços, anexa a este Edital.
- 24.3. A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 25.1. O pagamento será efetuado após a entrega e aceitação dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, observados os subitens seguintes:
 - 25.1.1. **Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelece o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93 ou na forma do § 3º do art. 5º da Lei 8.666/93.**
 - 25.1.2. O pagamento poderá ser liberado proporcionalmente à entrega parcial dos equipamentos nos locais estabelecidos.
 - 25.1.3. Considera como data final do período de adimplimento, a data útil seguinte, à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços descrito neste Edital, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.
 - 25.1.4. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora da 7ªSR da CODEVASF, e deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.
 - 25.1.5. Os documentos de cobrança indicarão obrigatoriamente, o número do contrato e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF e que cubram a execução dos fornecimentos, e indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para posterior pagamento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 25.1.6. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, um vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 25.1.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com a IN/SRF n.º 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.
- 25.1.8. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação justificativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestada pela fiscalização e com destaque das alíquotas tributárias incidentes.
- 25.1.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 25.1.10. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 25.1.11. Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade da Contratada perante o sistema SICAF ou a não apresentação da documentação obrigatória, não gerará para a CODEVASF nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- 25.1.12. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 25.1.13. A licitante vencedora, optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 25.1.14. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 25.1.15. A empresa vencedora no certame se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, na forma do inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93.
- 25.1.16. **Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.**
- 25.1.17. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 25.1.1, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = $(1 + \text{IM}1/100)^{\text{dx}1/30\text{x}} (1 + \text{im}2/100)^{\text{dx}1/30\text{x}} (1 + \text{imn}/100)^{\text{dx}1/30\text{x}} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 25.1.17.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 25.1.17.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 25.1.17.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

26. GARANTIA/VALIDADE

- 26.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza-se (m), por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF, no local de que trata este Edital.
- 26.1.1. No caso de equipamentos, máquinas e implementos, caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem acima, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.
- 26.2. Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para o CODEVASF, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação.
- 26.3. A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 26.4. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

27. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 27.1. A fiscalização dos recebimentos será feita diretamente pela CODEVASF, através de servidor formalmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com as condições estabelecidas.
- 27.1.1. Os bens objeto da presente licitação serão recebidos das seguintes formas:
- a) **Provisória:** mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito e posterior verificação da conformidade do material com as especificações.
- b) **Definitiva:** mediante recibo, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do bem, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 27.2. O bem entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contado da data do recebimento de notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
- 27.3. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 27.4. A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o bem ou serviço que vier a ser recusado e a arcar com todas as despesas oriundas do atraso da entrega e pagamento, tais como multa incidentes sobre impostos.
- 27.5. Serão recusados apenas os itens da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento ou Serviço que estiverem em desacordo.
- 27.6. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de um a três dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela CODEVASF.
- 27.7. A Contratada deverá retirar o bem ou serviço recusado no momento da entrega do bem ou serviço correto. A CODEVASF não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo.
- 27.8. A CODEVASF poderá dar a destinação que julgar conveniente ao bem abandonado em suas dependências.
- 27.9. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do bem/serviço pelo prazo estabelecido no subitem 26.1, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido no subitem 26.2.
- 27.10. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da CODEVASF, a qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 27.11. Quando necessário, serão efetuados testes por amostragem para avaliação dos produtos, utilizando uma quantidade entre um e dez por cento de cada item do empenho escolhidos aleatoriamente.
- 27.12. Caso seja necessário, um representante da Contratada poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos materiais/serviços, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.
- 27.13. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando produtos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e a facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 27.14. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente.
- 27.15. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 27.16. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 27.17. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 28.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na seguinte forma:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 28.1.1. Nos caso de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 28.1.2. Nos casos de inexecução parcial dos serviços, será cobrada multa de 5% (cinco por cento) do valor da parte não executada do contrato;
- 28.1.3. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do serviço em atraso.
- 28.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da fatura mensal do respectivo contratado.
- 28.2.1. Se a multa for de valor superior ao valor da fatura mensal, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEVASF ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 28.2.2. Antes da cobrança judicial, a contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 7ª Unidade Regional de Finanças – 7ª/UFN da CODEVASF, localizada na Sede da 7ª/SR da CODEVASF.
- 28.2.3. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher à Codevasf o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 28.2.4. A multa a que alude este item não impede que a CODEVASF rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 28.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CODEVASF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no subitem 28.1;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CODEVASF pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 28.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 28.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 28.5. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 28.3 é de competência exclusiva do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 28.6. O fiscal instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª/SR.
- 28.7. A aplicação das sanções previstas no item 28.3 faculta ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 28.8. A manifestação da licitante/contratada será apreciada pelo Superintendente Regional da 7ª/SR, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 28.9. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis para o Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF. O recurso será dirigido ao Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF, por intermédio do Superintendente Regional da 7ª/SR, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 28.10. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 28.11. Da decisão do Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF não caberá recurso.
- 28.12. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados
- 29. DISPOSIÇÕES GERAIS.**
- 29.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.2. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.3. Nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93, a CODEVASF se reserva no direito de aplicar multa, na forma prevista neste Edital, caso a contratada esteja com suas certidões irregulares na data de pagamento de sua fatura; caso a irregularidade não seja sanada no período de 30 (trinta) dias, rescindir-se-á o contrato, com aplicação das medidas administrativas e judiciais, garantindo, primeiramente, o contraditório e a ampla defesa.
- 29.4. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.
- 29.5. O não atendimento às exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.
- 29.6. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 29.7. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 29.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 29.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 29.10. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas de segunda a sexta-feira, sendo considerado intempestivo o recurso ou

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17:30 horas do último dia do prazo recursal.

- 29.11. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 29.12. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e os Decretos n.º 5.450, de 31/05/2005 e nº 7.892, de 23/01/2013.
- 29.13. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do ata de registro de preços e a nota de empenho ou a ordem de fornecimento a serem firmados entre a(as) licitante(s) vencedora(s) e a CODEVASF, independente de transcrições.
- 29.14. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina(PI), 17 de março de 2015.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional – 7ª SR
CODEVASF – 7ª/SR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO I
TERMOS DE REFERÊNCIAS
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO II
PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇOS MÁXIMOS
(gravado em arquivo separado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, INALDO PEREIRA GUERRA NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 4335101 – SSP/PE e do CPF nº 882.102.004-53, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2015-7ª/SR para Registro de Preços para fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais, destinados à implantação de ações de agricultura familiar, aquicultura e demais atividades produtivas relativas ao Plano Brasil sem Miséria – Inclusão Produtiva e aos Arranjos Produtivos Locais, na área de jurisdição da Codevasf/ 7ª SR, e a respectiva homologação, conforme fl. .. do Processo nº 59570.001210/2014-15, RESOLVE registrar os preços, da empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na, neste ato representada por,, portador do CPF nº e RG nº, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos nºs 7.892/2013 e 5.450/2005.

Item	Unidade	Valor Unitário: R\$
Marca: Fabricante: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:		
Quantidade Órgão Gerenciador	Quantidade total a ser registrada e limite por adesão (100%)	Quantidade limite decorrente de adesões (5x)
Valor total para o Órgão Gerenciador	Valor total registrado e limite por adesão	Valor total decorrente de adesões

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico nº 01/2015, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

Fornecedor	CNPJ	Endereço	Representante Legal	Informações para contato

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da CODEVASF e do Fornecedor Beneficiário indicado acima.

Teresina/PI, ____ de _____ de _____.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional-7ª SR
CODEVASF

.....
.....
EMPRESA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO IV
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

	GUIA DE RETIRADA DE EDITAL	EDITAL N.º 01/2015-7ªSR (PREGÃO ELETRÔNICO)
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR, AQUICULTURA E DEMAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS RELATIVAS AO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA – INCLUSÃO PRODUTIVA E AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA CODEVASF/ 7ª SR.		
Documentos Constitutivos		
ANEXOS: I – TERMOS DE REFERÊNCIAS, II - PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇOS MÁXIMOS, III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e IV – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL.		
Dados para correspondência informados pela licitante		
EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
CNPJ:	E-mail:	
O Edital e retirado nos sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br é gratuito)		
Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos. Pela licitante: _____ Assinatura		
DATA: ____/____/____		